

Resposta do Deputado Federal César Colnago (PSDB-ES) aos questionamentos da ONG Transparência Capixaba, núcleo Jovem, sobre a possibilidade de re-criação da CPMF pelo governo, conforme post publicado em 18/11/10 no link: <http://tcjovemes.wordpress.com/2010/11/18/1109/>

Como se posicionará em caso de proposta de criação desse tributo (CPMF)?

Quando vi o Lula destilar seu ressentimento com a oposição pela derrubada do famigerado imposto do cheque notei que ele estava dando a senha para criar o clima de se voltar com esse absurdo. Confesso que fiquei espantado que na, mesma entrevista, vem a Dilma na sequência com aquela conversa dissimulada de que teria ouvido cobranças de governadores. Fui o primeiro a registrar no Twitter meu estarecimento afirmando que aquilo era um estelionato eleitoral.

Acabamos de sair da eleição em que os dois candidatos falavam em redução da carga tributária. Não se discutiu isso na campanha. É uma mudança em menos de uma semana com as urnas ainda quentes. Sou radicalmente contrário ao imposto por não ver a necessidade de criação de novas formas de arrecadação.

O País está crescendo, a economia está em desenvolvimento e os recursos estão aumentando. Como solução para a área da Saúde, que ainda enfrenta sérios problemas no país, é a melhor distribuição dos recursos já arrecadados. Precisamos melhorar o financiamento, o que não significa mais impostos. O correto é pegar o que se tem e destinar, dentro de uma regulamentação da Emenda 29, que está parada há 10 anos no Congresso, para a Saúde, que estabelece percentuais mínimos de repasse na ordem de 10% (União), 12% (Estados) e 15% (Municípios). O Governo federal não quer assumir sua parte. Somente neste ano, a saúde poderia ter R\$ 25,8 bilhões adicionais se a regulamentação estivesse em vigor. Para 2011, o valor ultrapassaria R\$ 33 bilhões.

Sou contra a cobrança de mais impostos e isso foi uma dos meus compromissos de campanha. E vamos articular uma mobilização nacional sem precedentes porque podemos esperar muito pouco do Congresso Nacional, onde a base governista é majoritária nas duas Casas. Só o povo salva o povo desse confisco, dessa goela profunda do governo federal.

O governo petista aumentou diversos impostos e contribuições para compensar a queda da CPMF. É o caso do Imposto sobre Operações Financeiras – IOF (R\$ 12 bilhões), do Imposto de Renda (R\$ 23 bilhões), da Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social – Cofins (R\$ 12 bilhões), da Contribuição sobre Lucro Líquido – CSLL

(R\$ 7,5 bilhões), do IPI (R\$ 4 bilhões), do PIS/PASEP (R\$ 3 bilhões) e das demais receitas (R\$ 7 bilhões). De acordo com a Receita Federal, o aumento real de arrecadação foi de R\$ 50 bilhões em 2008, primeiro ano sem o "imposto do cheque".

Como pretendem trabalhar pelas reformas orçamentária e tributária?

Na campanha assumi compromissos como a Reforma Política que deve ser a reforma das instituições políticas, criando uma nova forma de se exercer a democracia fortalecendo os mecanismos de participação da sociedade, ampliando os espaços de cidadania e acredito que a Lei da Ficha Limpa é o grande exemplo de que isso é possível. Na Reforma Tributária temos que estabelecer um sistema mais justo, equilibrando a distribuição de recursos entre União, estados e municípios e, principalmente, criando novos mecanismos de fortalecimento das micro, pequenas e médias empresas, grandes geradoras de emprego e renda no país.

O sistema tributário atual faz com que quem ganha menos, contribua mais e quem ganha mais, contribua menos. Precisamos também estar atento a uma Reforma Trabalhista com uma CLT precisa ser enxugada e simplificada, pois onera o custo da produção dificultando a criação de empregos. É preciso adequá-la à atual realidade.

Possuem alguma proposta inovadora no que tange o controle dos gastos públicos, redução do desperdício e combate à corrupção?

É importante ressaltar que foi no Governo FHC, portanto do PSDB, que o país adotou a Lei de Responsabilidade Fiscal a qual definiu os princípios, estabeleceu metas, regras e limites para o gasto público, imputando penalidades aos gestores e proporcionando ampla transparência às contas públicas.

E por descaso do atual governo petista essa legislação não se encontra totalmente implantada e isso é fundamental para que possamos consolidar no país a cultura da qualidade do gasto público. O que estamos assistindo é o acintoso inchaço da administração com o pessoal que tem a carteirinha do partido – geralmente desqualificada para os cargos, diga-se de passagem -, não havendo critérios por mérito, desrespeitando a sociedade e o dinheiro público.

O aumento de investimentos público e privado depende de uma política fiscal consistente evitando o gasto excessivo e errado. O governo petista privilegia os gastos supérfluos de custeio em prejuízo dos investimentos, que é a turbina de um crescimento econômico sustentado.